



RELATORIO MISSÃO OFICIAL da 23ª SESSÃO DA CONFERÊNCIA DAS PARTES DA CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A MUDANÇA CLIMÁTICA (COP 23), EM BONN, ALEMANHA, NO PERÍODO DE 06 a 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

Reunião da União Interparlamentar (*Inter-parliamentary Union – IPU*), no dia 12 de novembro de 2017, a União Interparlamentar se reuniu por ocasião da COP-23, com a mesa de abertura composta pelas seguintes autoridades: Sra. Jiko Luveni, do Parlamento do Fiji; Sra. Claudia Roth, do Parlamento Alemão; Sra. Gabriela Cuevas Barron, Presidente da União Interparlamentar; Sr. Abdelhakim Benchamach, Presidente do Parlamento de Marrocos; Sr. Frank Bainimarama, primeiro-ministro de Fiji e Presidente da COP-23; Sra. Patricia Espinosa, Secretária Executiva da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima; Moderadora: Sra. Aleksandra Blagojevic, do Secretariado da IPU.

Durante esse encontro, foi aprovado um documento² que estabelece consensos entre os parlamentares, no qual afirma que, por três anos consecutivos, as temperaturas médias globais foram as mais altas registradas e observa com grande preocupação o fato de que grandes partes do mundo já estão hoje sofrendo massivamente dos impactos do aquecimento global sob a forma de eventos climáticos extremos como inundações, secas e furacões. O documento destaca que, em muitos lugares, as energias renováveis já são hoje mais baratas do que as fontes de energia fóssil e a expansão das renováveis e da eficiência energética contribuem significativamente para criar empregos verdes e combater a pobreza. O consenso encoraja todos os Estados do mundo a rever suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, na sigla em inglês) no sentido de torná-las mais ambiciosas.



A tarde, participei do evento paralelo na *Bonn Zone* que debatia a produção da agropecuária e sua contribuição para 3 metas: reduzir desmatamento; aumentar produção e reduzir pobreza. Também discutiram-se, direitos dos índios e sua contribuição para preservação das florestas.

Sequenciando as reuniões da COP 23, participei dos pronunciamentos da abertura do segmento de alto nível da COP 23, com a participação de 25 chefes de Estados e de Governo.

O evento ocorreu no Plenário Nova York, situado na *Bula Zone*, com os discursos de Emmanuel Macron (França) e de Angela Merkel (Alemanha), Chefes de Estado e de Governo, respectivamente.

Angela Merkel afirmou que as metas para conter o avanço do aquecimento global acordadas em Paris foram apenas o começo e são necessárias mais medidas para conter o avanço do aquecimento global. A chanceler alemã defendeu a união global contra a alteração do clima e destacou a importância da atuação dos países desenvolvidos nessa cooperação. Emmanuel Macron fez eco à fala de Merkel e acrescentou que é necessário estabelecer um mercado de carbono na Europa, que determine um preço mínimo para as emissões de gases do efeito estufa. Além disso, reiterou o compromisso da França de fechar todas suas usinas de carvão até o ano de 2021. Por fim, afirmou que a França continuará se esforçando para levar adiante o Acordo de Paris, mesmo com o posicionamento de saída dos Estados Unidos.

Em seguida, fomos ao encontro com o Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, que, informou que a COP-23 é uma COP técnica, que tem como objetivo estabelecer uma série de regras para o Acordo de Paris. O Ministro foi convidado para o evento dos parlamentares no Espaço Brasil e disse que



Levaria os negociadores brasileiros para detalhar os instrumentos que estavam sendo regulamentados, principalmente os financeiros.

O Ministro destacou o resultado positivo no combate ao desmatamento de 2016-2017, atribuindo-o principalmente a ações de comando e controle. Contudo, ponderou que o comando e controle tem um limite e que o Brasil precisa expandir sua atuação com instrumentos econômicos.

Foi discutida a importância da aprovação da Emenda de Doha e a necessidade de pautar e aprovar a matéria na Câmara dos Deputados, bem como garantir recursos orçamentários ao Ministério do Meio Ambiente e seus órgãos vinculados para combate ao desmatamento e proteção da vegetação nativa.

Por fim, foi encaminhada ao Ministro a preocupação geral com relação à Medida Provisória (MPV) nº 795, de 2017, que concede incentivos fiscais de quase 1 trilhão de reais para o setor de petróleo e gás.

Como forma de ouvirmos as demandas ONG'S, entidades privadas e empresas presente na COP 23, reuniram-se no Espaço Brasil pela primeira vez, como o objetivo de debater a pauta positiva e a pauta negativa para o clima que tramita no Congresso Nacional. O evento foi proposto pela Comissão Meio Ambiente do Senado e da Câmara dos Deputados.

Participaram do evento a comitiva de parlamentares; Sarney Filho, Ministro do Meio Ambiente; Alfredo Sirkis, Secretário-Executivo do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima; Embaixador José Marcondes, do Ministério das Relações Exteriores; organizações não governamentais (incluindo Observatório do Clima, Greenpeace, IPAM, Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura e Carta de Belém); associações de setores produtivos (União da Indústria de Cana de

Açúcar – UNICA, Abquim, Braskem), empresas que atuam na área climática (Como a Waycarbon), fóruns ambientais e gestores ambientais.



O Ministro Sarney Filho destacou a importância da manutenção e recuperação das florestas tropicais para o equilíbrio climático, lembrou que a recuperação de florestas é medida que leva bastante tempo, diferentemente do fechamento de um lixão e do aproveitamento de gases. Finalizou informando que o Brasil se prontificou para sediar a COP-25 em 2019, questão que até o momento não foi decidida.

Em seguida Senadores e Deputados fizeram seus pronunciamentos.

Alfredo Sirkis destacou dois projetos positivos para o clima: primeiro, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 750, de 2015, do Senador Jorge Viana, que incorpora em lei os compromissos brasileiros estabelecidos em sua Contribuição Nacionalmente Determinada. O projeto aguarda a votação do relatório do Senador João Capiberibe na Comissão de Meio Ambiente do Senado. O segundo projeto mencionado foi o PL nº 9.086, de 2017, do Deputado Evandro Gussi, que dispõe sobre a Política Nacional de Biocombustíveis – RenovaBio. Na visão de Sirkis, esse PL é extremamente importante, pois atribui o peso da descarbonização a cada um dos combustíveis, ou seja, quanto mais polui, quanto mais emite, mais é taxado. Donizete Tokarski, da UNICA, se manifestou em seguida e reforçou a importância da aprovação do PL do Renovabio.

O Sr. Paulo Adário, do Greenpeace, parabenizou os parlamentares pelo evento e qualificou-o como fórum mais importante sobre mudança do clima do Brasil.

O Sr. Davi Canastra do grupo Votorantim indicou a importância da aprovação do PL nº 792, 2007, do Deputado Anselmo de Jesus, que dispõe sobre o pagamento pela prestação de serviços ambientais. Segundo Canastra, com a regulamentação os negócios da floresta poderiam ser alavancados.

Ao final, além de mim, os parlamentares presentes, como os Deputados Leo de Britto, Arnaldo Jordy, Nelson Pellegrino, Ricardo Tripoli, Senadores Jorge



Viana e Davi Alcolumbre e a presidente do Ibama, Suely Araújo; e o Embaixador José Marcondes que fez um panorama do *status* das negociações na COP-23 e alertou que a agenda parlamentar brasileira deve incluir não só os ambientalistas, mas também os ruralistas e todos os setores que deverão contribuir com as reduções das emissões, pronunciaram-se sobre destacados pontos acer da temática do meio ambiente e também sobre matéria orçamentária.

Ao fim dos debates e reuniões, podemos concluir que a COP-23 foi uma Conferência bastante técnica que teve como objetivo principal regulamentar dispositivo do Acordo de Paris que serão fundamentais para a implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas apresentadas pelas Partes.

A COP-23 teve como mote “ir mais longe, mais rápidos e juntos” (further, faster and together) no combate ao aquecimento global, compromisso que envolve aumento de ambições por parte dos países, regiões, estados, cidades, empresas e sociedade civil.

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, em inglês), ao final da COP-23, identificou¹ avanços nas seguintes áreas: i) Financiamento da Ação Climática; ii) Investimentos em Ações Climáticas; iii) Coordenação da Ação Climática; iv) Compromissos Corporativos; e v) Ratificações Governamentais.

Houve, portanto, avanços significativos no âmbito do financiamento da ação climática global, no fortalecimento das parcerias em iniciativas que favorecem a transição para economia de baixo carbono, destaque para a frágil situação dos países insulares e a necessidade de se estabelecer maior resiliência, além de verificarmos mais ratificações ao Acordo de Paris e à Emenda de Doha. Porém, os mais críticos, consideram tímidos os resultados da COP-23, pois a Conferência pouco avançou na regulamentação propriamente dita do Acordo



de Paris, no que tange aos Mecanismos de Desenvolvimento Sustentável, a transparência na cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, a metodologia de registro e de comunicação das reduções das emissões, os diálogos facilitativos, entre outros aspectos.

A experiência de Fiji com o diálogo “Talanoa”, que representa um compartilhamento de ideias, trouxe um ambiente de diálogo positivo, que evitou disputas sobre os papéis dos países desenvolvidos e em desenvolvimento e eventuais tentativas de renegociações ou saídas do Acordo de Paris.

Por fim, ficou agendado que na COP-24, em Katowice na Polônia, espera-se que haja um avanço mais significativo na regulamentação do Acordo de Paris e um aumento nas ambições pré-2020, a fim de que no ano de 2020, esse Acordo já esteja plenamente operativo e que as Partes do Acordo já estejam preparadas para implementar suas Contribuições Nacionalmente Determinadas, valendo-se do apoio e dos instrumentos que lhes estejam disponíveis.

Vê-se, portanto, que as conferências e tratativas dessas reuniões anuais, tem contribuído para que o tema esteja em pauta, os países se expuseram publicamente em prestar informações e, sob os olhares do mundo, possamos, enfim, exigir de cada parte a sua contribuição para termos um mundo mais saudável e ambientalmente sustentável.

Deputado Claudio Cajado



Encontro com Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho.



Deputados Arnaldo Jordy e Cláudio Cajado na Plenária de Alto Nível.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Claudio Cajado - DEM/BA



Evento da comitiva de parlamentares no Espaço Brasil.